

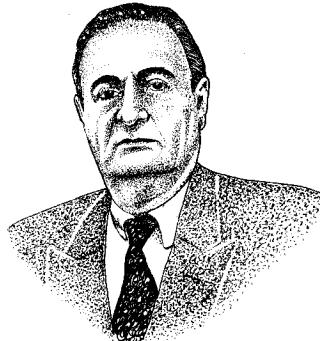
Senado aprova Fundo para o DF

Projeto que torna obrigatório repasse de verbas segue para sanção do presidente da República

Karla Correia
de Brasília

O Senado aprovou, ontem, a criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que tornará obrigatório o repasse anual de verbas federais para custeio das áreas de Segurança, Saúde e Educação. Esse repasse - cujo patamar mínimo, avaliado em R\$ 2,9 bilhões, será reajustado anualmente de acordo com a arrecadação da União - passará a não depender mais das negociações da bancada federal do DF. Se for sancionado pelo presidente da República até o final deste ano, o fundo já terá validade para 2003, garantindo um aporte de R\$ 3,3 bilhões em seu primeiro ano de vigência.

A tramitação da matéria no Senado foi acompanhada de perto pelo governador Joaquim Roriz (PMDB), que esteve na Casa para conversar com o senador Lindberg Cury (PFL-DF), designado relator do pedido de urgência constitucional. Cury deu parecer favorável ao pedido de urgência da matéria, evitando o trâmite do projeto pelas comissões. Segundo o relator, o projeto de lei passou pela análise de todas elas na Câmara, além de ser matéria originada no gabinete do presidente da



Lindberg Cury

República, sendo desnecessária nova tramitação no Senado. "Esse é possivelmente o acontecimento mais importante da história da capital. A aprovação do fundo consolida a independência financeira de Brasília", comemorou Roriz.

Aprovado o regime de urgência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria foi votada em plenário logo após a rejeição de um pedido de adiamento encaminhado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador também foi contrário ao pedido de urgência, salientando ser esse o interesse do presidente eleito da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Uma discreta oposição do PT à

aprovação do FCDF ainda nesta legislatura marcou toda a tramitação do projeto no Congresso. De um lado, a bancada governista do DF na Câmara tinha pressa na aprovação do fundo para evitar ao governador o constrangimento de pedir verba ao Ministério da Fazenda de um governo politicamente oposto. "É preferível que o projeto seja sancionado pelo presidente Fernando Henrique", disse o deputado Paulo Octávio (PFL-DF). "Não sabemos se o próximo presidente vai compreender de imediato a importância desse repasse para Brasília".

Aprimorando o projeto

Por outro lado, a bancada de oposição não via com bons olhos o repasse de verba para o adversário político. "Queremos aprimorar o projeto", explicou o deputado Pedro Celso (PT-DF), que apresentou um substitutivo à matéria ainda na Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara (CCRJ).

O substitutivo incluiu no texto aprovado pela Casa a criação do Comitê de Acompanhamento e Controle Social, formado por um representante do GDF, um da Câmara Legislativa, um do Ministério da Fazenda, um do Ministério Público do DF e três representantes da

sociedade civil, ligados às áreas de saúde, educação e segurança. "A proposta é que o Comitê tenha amplo acesso a qualquer documento ou informação sobre o Fundo e possa também divulgar para a população tudo o que for apurado", explicou Pedro Celso.

O texto ainda foi transformado em lei complementar depois de ter sido aprovado na CCJR a pedido do deputado José Dirceu (PT-SP). Como lei ordinária, seria necessária maioria simples dos presentes para a aprovação no plenário. Tramitando como lei complementar, a matéria exigiria aprovação de maioria qualificada de dois terços das cadeiras - ou 257 votos.

Uma manobra política dos deputados Paulo Octávio e Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF), auxiliados pelo presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves (PSDB-MG), permitiu que o Fundo voltasse a ser classificado como uma lei ordinária, contrariando o parecer anterior da assessoria parlamentar da Mesa do Plenário na Câmara. "Mesmo com essas discordâncias eventuais, posso garantir que a bancada do DF trabalhou unida pela aprovação do fundo", afirmou Paulo Octávio.

kcorreia@gazetamercantil.com.br